



O DISCURSO DA QUALIDADE EDUCACIONAL NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MESSIAS

Givanildo da Silva ¹
Alex Vieira da Silva ²

RESUMO

A educação é um campo de constantes tensões e embates, em decorrência das diferentes visões de mundo que se instauram nos processos educacionais. O objetivo da pesquisa foi compreender o discurso da qualidade educacional presente na meta 7 do Plano Municipal de Educação do município de Messias, no estado de Alagoas. A metodologia esteve pautada em uma abordagem qualitativa, com dimensões da pesquisa exploratória, sendo a pesquisa documental o instrumento para as análises e as reflexões. Os principais resultados evidenciaram que o discurso da qualidade educacional presente no Plano Municipal de Educação de Messias, ainda, está centrado nos resultados das avaliações em larga escala, resultado da política educacional do país que preza pela lógica gerencialista e pelos resultados dos testes padronizados, vinculados ao modelo de educação como mercadoria.

Palavras-chave: Política Educacional, Qualidade da Educação, Escola Pública.

INTRODUÇÃO

A educação é um campo de constantes tensões e embates (APPLE, 2005), em decorrência das diferentes visões de mundo que se instauram nos processos educacionais. Desse modo, compreende-se a educação enquanto processo de idas e vindas, a partir das configurações políticas que são estabelecidas em cada momento histórico, repercutindo no papel social da educação em meio à organização da escola, à concepção de gestão, à avaliação e ao currículo.

As tensões e os embates que são travados na arena educacional decorrem dos conflitos políticos e ideológicos que permeiam a sociedade, bem como dos interesses que cada grupo (político, empresário, entidades educacionais, religioso, entre outros.) tem diante das orientações que são concretizadas no âmbito das políticas educacionais. Percebe-se, nessa seara, o jogo de interesses que circula nos processos de concretização das políticas e as formas que são dimensionadas para o cotidiano das escolas, impactando na sua organização, no trabalho docente e nas orientações para as práticas educativas.

No cenário da educação atual muitos são os desafios que repercutem na educação pública, sinalizando para questões macro e micro dos postulados educacionais. No espaço macro há diferentes orientações, posturas, tensionamentos, cortes de orçamento, falta de

¹ Doutor em Educação, professor do Centro de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas, givanildopedufal@gmail.com;

² Mestre em Educação, professor das redes públicas municipal de Maceió e da estadual de Alagoas. Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas. alexpedufal@gmail.com;



investimentos financeiros e um fio condutor para o direcionamento das políticas nacionais. No espaço micro, em decorrência do marco, muitas são as problemáticas que envolvem o cotidiano das escolas, das redes e sistemas de ensino, destacando-se a estrutura das escolas, as condições de trabalho, a formação dos profissionais da educação, a relação escola e comunidade, as desigualdades sociais, a gestão e a organização da escola, entre outras dimensões.

Todas as questões destacadas são frutos de um complexo cenário que a educação pública vivencia, em meio aos contextos político e econômico que não são favoráveis para a construção de políticas de Estado que repercutam positivamente na vidas dos brasileiros. Os desafios que estão presentes na escola pública não são novos, no entanto, reflete-se que, por falta de investimentos e valorização política da área, há uma intensificação das problemáticas, evidenciando o processo de desigualdade educacional e as precárias condições de acesso, de permanência e de sucesso dos estudantes que frequentam a escola pública.

Uma dimensão relevante a ser destacada em meio aos problemas da educação brasileira é o planejamento da educação que simboliza, em tese, os caminhos a serem percorridos no processo, com a finalidade de alcançar os objetivos traçados. Nesse cenário, o atual planejamento das políticas educacionais que se configura como o guia para a educação brasileira é o Plano Nacional de Educação, Lei 13.005, de 25 de junho de 2014. Em decorrência do PNE, surgiram os Planos Estaduais e Municipais de Educação que são resultados das configurações políticas de cada estado e município, como condição para a concretização de um ideal para a educação pública.

Os Planos de Educação, em suas diferentes dimensões (nacional, estaduais, municipais), são resultados de um amplo processo de diálogo com a sociedade civil, em distintos momentos, objetivando ampliar o debate e a visão sobre os caminhos que a política educacional deveria orientar as práticas e as configurações da escola pública. Nessa dimensão, as experiências de movimentação com a sociedade civil foram configuradas a partir da Conferência da Educação Básica (CONEB), em 2008, e as Conferências Nacionais de Educação (CONAE), em 2010 e 2014.

A CONEB e as CONAE foram importantes espaços de trocas de experiências, de projeções para a educação pública, sinalizando caminhos para que fossem desenvolvidos projetos, programas e leis, com a finalidade de melhorar a educação brasileira (PERONI; FLORES, 2014). Dessas movimentações também saíram contribuições para o Projeto de Lei, n. 8.035/2010, para ser discutido e avaliado pelo Congresso Nacional como proposição para o segundo Plano Nacional de Educação (2014-2024).



Após um amplo processo de debates, de tensões e forças ideológicas, foi aprovado, em 25 de junho de 2014, o atual PNE, sancionado pela então presidenta da república, Dilma Vana Russeff (2010-2016), configurando-se como o norte para as políticas educacionais da educação brasileira. Os embates foram compreendidos como uma arena complexa que teve diferentes grupos em busca de seus interesses, permeando na legislação avanços e recuos para a educação pública, como em todo contexto democrático. Assim, o atual PNE foi aprovado contendo 20 metas e 254 estratégias que abrangem desde a educação infantil à pós-graduação.

Com a aprovação do PNE, cada estado e município teve um prazo de 1 (um) ano para construir o seu Plano de Educação, seguindo a lógica e a estrutura presente no Plano Nacional, tendo em vista que foi preciso respeitar as diretrizes que configuraram a construção coletiva de um projeto de educação. As diretrizes que nortearam os Planos foram: I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Desse modo, o objetivo da pesquisa foi compreender o discurso da qualidade educacional presente na meta 7 do Plano Municipal de Educação do município de Messias, no estado de Alagoas. O ponto de partida foi conhecer as nuances ideológicas que permeiam as configurações políticas, as tensões e os embates no processo de desenvolvimento de uma política educacional, com a finalidade de perceber que as posições postas nos dispositivos legais são resultados das ideologias e das forças que são travadas, a partir da visão de mundo e de educação dos grupos que tencionam na arena educacional.

O texto está estruturado em duas partes, além da introdução, da metodologia, e das considerações finais. Na primeira, destaca-se a qualidade da educação como categoria complexa no campo educacional, refletindo sobre os diferentes grupos que disputam na arena política. Na segunda, evidencia-se a meta 7 do Plano Municipal de Educação de Messias, no estado de Alagoas, com ênfase no sentido da dimensão da qualidade educacional, compreendendo-a como categoria polissêmica e variável.

METODOLOGIA

A pesquisa esteve centrada na abordagem qualitativa, entendendo-a como o campo das configurações analíticas que têm sentido, significado, refletindo sobre uma determinada realidade e/ou contexto. A abordagem qualitativa possibilita que o pesquisador reflita sobre os elementos analisados à luz de uma dimensão teórica e consiga ter clareza dos aspectos que estão postos. Nessa dimensão, Minayo (1994, p. 21-22) esclarece que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização das variáveis.

A dimensão exploratória da pesquisa colaborou para um olhar analítico, considerando que este tipo de pesquisa “visa a proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele” (PRODANOV, 2013, p. 127). As reflexões postas foram necessárias na fase preliminar, pois esse tipo de objetivo de pesquisa, segundo Prodanov (2013, p. 51), “[...] tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa”.

A análise documental foi utilizada como instrumento para a discussão dos dados, por meio da meta 7 do Plano Municipal de Educação do município de Messias, considerando as suas estratégias para o alcance do objetivo da pesquisa. Compreende-se que o Plano Municipal de Educação foi configurado em um campo de disputas, portanto, é resultado de uma arena política e conflitante que repercute nas formas de “enxergar” a realidade da educação, bem como na forma de organização da educação local.

Para Fonseca (2002, p. 32), a pesquisa documental:

[...] trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc.

Para análise dos dados, utilizou-se a Análise do Conteúdo, na perspectiva de Bardin (2002), tendo como categorias reflexivas Política Educacional, Qualidade da Educação, Escola Pública. Assim, é relevante lembrar que “a análise do conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruçam” (BARDIN, 2002, p. 44), sendo um instrumento de organização para os dados coletados. Por meio da Análise do Conteúdo estabeleceu-se as interpretações analíticas, mediadas à luz das discussões teóricas.



A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E SUA COMPLEXIDADE NO CAMPO EDUCACIONAL

A discussão sobre a qualidade da educação é uma temática que teve ênfase na década de 1990, após a idealização de que a escola pública não estava apresentando os resultados satisfatório no processo de ensino e de aprendizagem. Neste período, com a Reforma do Estado, advinda do primeiro ano de gestão de Fernando Henrique Cardosos (1995-2002), estabeleceu-se princípios que dialogam com o mercado, com o propósito de dimensionar práticas quantitativas no âmbito da educação pública.

A qualidade da educação insere-se, assim, no bojo das políticas educacionais, bem como nos discursos políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais como dimensão de uma educação pública que oferta espaços para todos. O ponto de partida para a disputa da educação de qualidade foi a década de 1990 e ganhou forças nas décadas seguintes, mediante a concretização de programas, projetos e leis (federal, estaduais e municipais) que vislumbram a qualidade educacional como dimensão relevante para caracterizar a educação brasileira. No entanto, cabe refletir acerca do sentido que a categoria qualidade apresenta para a educação e quais são as concepções políticas que advogam cada uma delas.

Nesse contexto, cabe trazer à tona a discussão sobre as idas e vindas das políticas educacionais e o seu processo de construção que é permeado de ideologias e visão de mundo, as quais congregam em ações que repercutem no modo de organização da sociedade e, em se tratando da educação, na concepção de planejamento, de avaliação da aprendizagem, de gestão escolar e de currículo.

No âmbito das lutas e das conquistas educacionais pós-redemocratização do país, percebem-se dois movimentos que trazem diferentes concepções de sociedade e de educação, sinalizando posturas, orientações e encaminhamentos para a prática no chão da escola. Cada grupo tem os seus objetivos, os princípios que regem a defesa do lado que advogam e enfrentam diferentes movimentos para que os seus ideais sejam postos na concretização das políticas educacionais.

O primeiro grupo que destaca-se é o movimento de educadores que lutam pela defesa da escola pública, democrática e referenciada socialmente. A sua composição é feita por profissionais da educação básica ao ensino superior, entidades de pesquisadores, sindicatos dos trabalhadores da educação, movimentos sociais de esquerda que têm a escola como ponto de partida para a organização das conquistas sociais e políticas. O segundo grupo é formado por representantes das escolas privadas, empresários, políticos de direita e representantes de

grandes conglomerados da educação, cujo ideal é ampliar os princípios da educação como mercado para todo o espaço escolar, em especial, a escola pública.

Uma vez explicitados os componentes de cada grupo e a defesa de cada um, cabe apontar a concepção de educação que cada um dos grupos defende, sinalizando para a concepção de qualidade pregada em cada movimento político. Mais uma vez, é necessário demonstrar que os movimentos em destaque são frutos de ideologias e de processos sociais e políticos que coadnam em concepções de sociedade, de homem, na tentativa de impor um modo de organização da vida das pessoas, sendo a escola o principal espaço de disseminação dos ideais. Azevedo (2007, p. 11) destaca os elementos mencionados do seguinte modo:

[...] o que dá sentido à escola pública tradicional é o seu núcleo humanista. Um humanismo contraditório, não-consensual. De um lado, um humanismo ingênuo, filosoficamente idealista, crente na educação como possibilidade de formação do ser humano ideal para uma sociedade ideal. De outro, o humanismo transformador, crítico, dialético, vinculado a propostas progressistas, às visões emancipatórias. Esse quadro é impactado e desestabilizado pela modernização imposta pela hegemonia do mercado. Como resultado [...] gestam-se dois movimentos novos na educação. A escola tradicional, *lato sensu* humanista, metamorfoseia-se em duas direções, passando por um processo de reconversão cultural. Os dois sentidos desenvolvem-se em posições opostas e contraditórias. No primeiro, a escola adapta-se aos princípios e valores da economia de mercado, formando cidadãos clientes, produtores e consumidores, identificados com a ideologia de mercado. É a transformação da escola em um instituição educadora da cultura de mercado, a *mercoescola*. No segundo, desenvolve-se um movimento que tem a pretensão de resgatar os princípios humanistas, ressignificá-los ante o contexto da globalização, construindo um núcleo formado por conceitos e valores comprometidos com a humanização do ser humano, com uma ordem moral, ética e política comprometida com os ideais emancipatórios, a escola cidadã, também denominada educação cidadã.

Percebe-se que os movimentos são antagônicos e congregam em ideais opostos na construção de uma visão de mundo e de sociedade. Nesta lógica, os interesses que permeiam cada grupo é oriundo de uma pauta ideológica, permitindo que seus ideais estejam presentes nas políticas educacionais para configurar projetos, programas e leis que respaldam cada ação planejada.

A categoria qualidade educacional está presente nos dois movimentos e cada um externa, com princípios, o que pode ser configurado como as questões que podem prevalecer para configurar a qualidade no chão da escola. Para Azevedo (2007, p. 12), a defesa pela lógica do mercado destaca que é importante introduzir na escola os valores e a linguagem empresarial, como “produtividade, qualidade total, vantagens comparativas, centros de excelências”, isso porque “formar cidadãos clientes e consumidores, portadores da cultura do mercado, passou a ser tarefa primordial na mercoescola”.

As políticas educacionais, nessa perspectiva, intensificam a lógica do mercado, perspectivando ações que interferem no cotidiano da escola, no trabalho docente, no currículo

e na avaliação da aprendizagem. As configurações das políticas, nessa visão de educação e sociedade, pautam-se de princípios gerenciais, os quais prezam pela eficiência, pela eficácia, pela responsabilização e pela construção de um modelo de educação pobre para as classes trabalhadora (AZEVEDO, 2007). A ideia é a existência de um Estado mínimo, de modo que as comunidades escolar e local sejam as únicas responsáveis pela escola e pelo que nela acontece.

A lógica é simples e pontual. O exercício das práticas devem levar o estudante e todos que frequentam à escola para a compreensão de que “o discurso da eficiência e do controle gerencial corresponde à ideia da educação-mercadoria, como produto de compra e venda no mercado, desconstituindo a escola como espaço público” (AZEVEDO, 2007, p. 13). A escola, nessa lógica, é o caminho para os “vencedores”, em uma sociedade competitiva, portanto, as práticas escolares devem preparar os estudantes para este cenário social.

Do outro lado, há a defesa da educação como espaço de cidadania, de construção democráticas e de emancipação humana, diferindo da concepção anterior. A busca por espaços de participação, de autonomia e de descentralização surgiu nas décadas de 1960 e 1970, quando os pesquisadores, os professores lutavam pela construção de princípios para a educação pública brasileira, indo de encontro com os movimentos centralizadores e tecnólogos que estavam presentes na educação, em decorrência do período político em questão.

As lutas foram oportunas e as conquistas estiveram garantidas com a aprovação da Constituição Federal de 1988, quando foram evidenciados os princípios de uma educação pública para todos, com a adesão de um modelo de educação democrático, com participação popular nas decisões para a área. Segundo Azevedo (2007, p. 15), as discussões estiveram centradas em uma concepção de educação que trouxesse à tona a formação político-cidadã, repercutindo na forma de compreensão da realidade e na construção da dinâmica político-social. Nas palavras do autor:

Na sua natureza formadora, a ideia de liberdade transforma-se em valor essencial. A liberdade é o espaço da elaboração intelectual, da ação política, da crítica, da organização e da navegação utópica. No espaço livre, a criatividade estimula a sensibilidade, a humanização, o desenvolvimento de uma estética das formas e dos conteúdos da aventura da vida.

A concepção de educação em pauta, centra-se na dimensão humana e nos processos que contribuem para a formação integral, envolvendo a participação, a criatividade, a arte, a filosofia, as culturas e a dinâmica própria de cada realidade, permeados pela gestão democrática, pelo currículo contra hegemônico, pela avaliação da aprendizagem em uma perspectiva processual e individual e pela organização da escola, a partir da realidade em questão. Em síntese, “o reconhecimento do sujeito de direitos, que tem legitimidade ética,



política e jurídica de acesso ao patrimônio, simbólica, espiritual e material, produzido socialmente pela humanidade, incluindo o conhecimento e informação” (AZEVEDO, 2007, p. 15).

Nota-se, assim, que os dois movimentos de educação expostos mostram distintas concepções de qualidade educacional. Há contradições, próprias do sistema capitalista, há desencontros de formação, decorrentes da visão político-social, há tensões e interesses, em virtude das ideologias presentes. Nesse cenário, percebe-se que no chão da escola pública estarão presentes as contradições, os desencontros e as tensões, resultado das políticas e dos movimentos que são antagônicos e chocam-se na arena político-educacional.

Em relação à qualidade educacional, também é perceptível, assim como as demais dimensões, que esta categoria estará inserida nessa conflituosa seara, sendo, a todo instante, provocada, ressignificada e conduzida pelos caminhos dos grupos políticos que estão no poder, ou que, em um determinado momento, tiveram maiores forças para aprovar/legislar/indicar as ações educacionais que deveriam estar em voga para as práticas educativas. Cabe sinalizar que a educação está em constante movimento e em construção, portanto, não é estática, podendo, a qualquer momento, romper caminhos e seguir diferentes perspectivas.

Desse modo, a próxima seção tem como objetivo compreender o discurso da qualidade educacional presente na meta 7 do Plano Municipal de Educação do município de Messias, no estado de Alagoas, tendo, como percepção, as nuances políticas em um determinado momento histórico e político, com a finalidade de entender que novas posturas podem ser construídas e ressignificadas, a depender das ações dos grupos que estão no comando do poder local.

O SENTIDO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MESSIAS

O Plano Municipal de Educação de Messias foi aprovado pela Câmara Municipal em 9 de setembro de 2015, por meio da Lei n. 229. O Plano contém 20 metas e 213 estratégias, com a finalidade de alcançar as orientações do PNE. As temáticas que estão presentes no Plano Municipal de Educação são: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; alfabetização; educação especial; educação em tempo integral; qualidade da educação básica; Educação de Jovens e Adultos; educação profissional; formação e valorização dos profissionais da educação; gestão democrática; e financiamento da educação.

Messias é um município que fica localizado a 30 quilômetros da capital alagoana e tem, segundo o censo, em 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma estimativa de 18 (dezoito) mil habitantes.



De acordo com as informações coletadas junto à equipe Secretaria Municipal de Educação (SEMED), responsável pelo Censo Escolar (2021), a rede atende educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental I e II e as modalidades de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Especial. Em relação ao atendimento da educação infantil, são quatro instituições, sendo uma na zona rural; sobre o ensino fundamental I, a rede possui cinco unidades escolares na zona urbana e uma na zona rural; no ensino fundamental II, há apenas uma escola para atender a demanda de estudantes. Na modalidade da EJA, há atendimento em quatro instituições, sendo uma na zona rural, da 2ª a 5ª etapa³, e, na Educação Especial, há uma equipe multidisciplinar responsável pela demanda de toda a rede.

Em relação ao quantitativo de estudantes e professores da rede, de acordo com os dados enviados para o Censo Escolar, 2021, foram 3.995 estudantes, sendo 765 na educação infantil; 2.888 no ensino fundamental I e II e 342 na EJA. Na rede, há um atendimento de 64 estudantes na Educação Especial. Acerca do número de professores, foram informados 294 nas salas de aula regulares e 11 em atividades complementares.

Sobre a meta 7, é importante mencionar que possui 33 estratégias, configurando-se como a meta de maior dimensão, assim como é uma realidade posta no Plano Nacional de Educação (2014-2024). Para melhor explanação e organização, escolheu-se trabalhar com análises a partir de um quadro teórico que dimensionasse as duas visões de educação que estão postas na seara educação, a saber: educação como mercadoria e educação como emancipação. Para tanto, foram lidas todas as estratégias e, em seguida, categorizou-se nos blocos que seguem, a partir da escolha das estratégias que estavam mais evidenciadas em cada movimento.

a) Educação como Mercado

- 7.1 Implantar, mediante pactuação Inter federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a Base Nacional Comum de Currículos;
- 7.6 Participar do aprimoramento contínuo dos instrumentos de avaliação da qualidade educacional [...] utilizar os resultados das avaliações nacionais nas escolas para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas;
- 7.8 Orientar a implementação e implementação das políticas nas escolas, de forma a buscar atingir as metas do IDEB com qualidade [...];
- 7.9 Acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do SAEB e do IDEB, relativo às escolas do município [...];
- 7.10 Melhorar o desempenho dos estudantes da rede municipal de ensino nas avaliações de aprendizagem no PISA (MESSIAS, PME, meta 7, 2015).

A partir da exposição das estratégias, percebe-se que o teor da qualidade da educação está centrado nos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como condição relevante para assumir uma postura que dimensione os melhores resultados nos testes

³ Para maiores esclarecimentos, destaca-se a divisão das séries na EJA. A 1ª etapa corresponde à alfabetização; a 2ª etapa, 1ª e 2ª séries; a 3ª etapa, 3ª e 4ª séries; a 4ª etapa, 5ª e 6ª séries; e, a 5ª etapa, 7ª e 8ª séries.

padronizados e repercutem positivamente o poder local no cenário das avaliações em larga escala. O centro para a concretização da qualidade educacional, a partir do exposto no Plano Municipal de Educação, é o alcance de boas notas na composição do IDEB.

Além dos resultados educacionais postos no IDEB e no PISA, nota-se que o currículo escolar também é visto como dimensão importante para a padronização dos saberes a serem trabalhados, dimensionados prescrição nas ações e configurando um único modelo de currículo para o trabalho escolar, empobrecendo as experiências e as práticas educacionais. Nessa lógica, “o conceito de qualidade não pode ser reduzido somente ao desempenho escolar, tampouco ser tomado como referência para um processo de prestação de contas e para construção de um *ranking* entre as escolas” (CHIRINÉA; BRANDÃO, 2015, p. 474).

A cultura de responsabilização para os profissionais da educação evidenciada nesta concepção propada o Estado mínimo, decorrendo da política de cunho neoliberal que associa as práticas educativas ao mercado com perspectivas de coerção “para atingir metas de qualidade e produtividade nas educação brasileira, sob o pretexto de medir a qualidade da educação” (CHIRINÉA; BRANDÃO, 2015, p. 475), legitimando um modelo de educação centrado nos princípios do mercado, propagado pela política neoliberal.

b) Educação como Emancipação

7.4 Induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e institucionalização da gestão democrática e contínuo aprimoramento;

7.12 Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo;

7.15 Orientar tecnicamente a gestão escolar para o uso dos recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.17 Assegurar a todas as escolas públicas municipais o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos, garantir o acesso dos estudantes a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.27 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã [...] (MESSIAS, PME, meta 7, 2015).

A concepção de educação como emancipação defende que a gestão democrática é a dimensão relevante para as construções de processos de mediação, de resolução de conflitos e estruturação de ações dinâmicas condizentes com a realidade escolar. A formação dos profissionais é outra dimensão que favorece para a dinamização das experiências, repercutindo na experiência de um espaço criativo, democrático e favorável para a construção do significado de qualidade para a comunidade local e escolar.

Desse modo, pode-se afirmar que “educação de qualidade custa caro e que, por mais que o Estado exerça suas diferentes formas de pressão sobre as escolas – umas mais diretas, outras mais indiretas – [...] o que define a qualidade nos processos educativos é o investimento massivo na qualidade da formação dos professores” (CHINIRÉA; BRANDÃO, 2015, p. 467). Na visão de Chiniréa e Brandão (2015, p. 467), “não existe qualidade sem infraestrutura, equipamentos, laboratórios de informática com acesso à internet, bibliotecas, remuneração de professores, ou seja, não existe qualidade na escola, porque há insumos suficientes (e de qualidade) para alcançá-la”. A defesa do movimento que luta por uma educação como emancipação humana é a de que além das condições necessárias para o trabalho dos profissionais da educação, os estudantes tenham condições para se desenvolverem em uma dimensão integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo sobre a qualidade educacional está em aberto e requer diferentes pesquisas e análises para dimensionar, cada vez mais, compreensões sobre a temática. Os apontamentos revelados na presente pesquisa foram pontapés iniciais para contribuir com a discussão, na perspectiva de despertar novas inquietações sobre esta relevante temática e abrir espaços para diálogos em diferentes espaços que tratem da qualidade educacional.

Como foi possível notar, há diferentes interesses, tensões e modelos de educação em pauta para configurar e legitimar visões e ideologias, com a finalidade de propagar ideias e práticas no chão da escola. De um lado, há grupos que dialogam com o mercado, sinalizando que a escola também pode e deve agir como esse setor social; por outro, há a defesa de que a escola é uma instituição social peculiar, sendo necessário ser analisada e vista com olhares diferenciados, pautados na lógica da emancipação.

Os pesquisadores posicionam-se no segundo movimento, acreditando que a função social da educação deve possibilitar mudanças na vida das pessoas e as políticas educacionais são orientações importantes para ampliar as condições de acesso, de permanência e de sucesso dos estudantes na escola. Dessa forma, acreditam que a educação é um campo em construção e necessita ser compreendida como elemento central das configurações política, social e cultural no processo de visão de mundo e de implementação das políticas educacionais.

Acerca do objetivo da pesquisa, os principais resultados evidenciaram que o discurso da qualidade educacional presente no Plano Municipal de Educação de Messias ainda está centrado nos resultados das avaliações em larga escala, resultado da política educacional do país que preza pela lógica gerencialista e pelos resultados dos testes padronizados, vinculados ao modelo de educação como mercadoria. A mudança para a outra concepção de educação é



um caminho a ser percorrido, vista como um processo de idas e vindas, em busca de uma educação emancipatória e democrática. Eis, portanto o desafio!

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Para além da lógica do mercado**: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

AZEVEDO, J. C. Educação Pública: o desafio da qualidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 7-26, ago. 2007. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000200002> >, acesso em 11 de jul. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 junho de 2014**: Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011-2020)**: Projeto em tramitação no Congresso Nacional – PL nº 8.035/2010. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

CHIRINÉA, A. M.; BRANDÃO, C. F. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 87, p. 461-484, abr./jun. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000100019>>, acesso em 11 de jul. de 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2002.

MESSIAS. **Lei nº 229, de 9 de setembro de 2015**. Plano Municipal de Educação. Messias, Alagoas, 2015.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PERONI, V. M. V.; FLORES, M. L. R. Sistema nacional, plano nacional e gestão democrática da educação no Brasil: articulações e tensões. **Educação**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 180-189, maio-ago. 2014. Disponível em: < <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2014.2.16342> >, acesso em 11 de jul. de 2022.

PRODANOV, C. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.